

A FORJA DE UM CONQUISTADOR: JAIME I E AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS NA COROA DE ARAGÃO DURANTE A CONQUISTA DE MAIORCA (1229-1232)

Lucas Augusto T. da Silva
Pós-Doutorando História pela Universidade Federal do Paraná
Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR)
lucasatds.augusto@gmail.com

Resumo

A conquista da ilha de Maiorca, realizada entre 1229 e 1232, representou um marco significativo para a história da Coroa de Aragão e do reinado de Jaime I, o Conquistador. Como primeiro grande feito de armas do jovem rei aragonês, a campanha maiorquina, para além de uma mera incorporação territorial, promoveu a irrupção de um cenário no qual as relações sociopolíticas entre monarquia e nobreza, especialmente a catalã, foram externadas diante de um contexto bélico. Sendo assim, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar a dinâmica dessa campanha militar, focando em dois aspectos centrais: a forma assumida pelas relações sociopolíticas entre Jaime I e a nobreza catalano-aragonesa durante este feito bélico, além das interações externas estabelecidas com o reino inimigo. Para tanto, recorreremos às discussões tecidas pela historiografia especializada conjuntamente com a análise crítica de documentos constantes na Real Chancelaria de Jaime I, em especial atas de Cortes, além da crônica régia “*O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão*”.

Palavras-chave: Jaime I de Aragão; Conquista de Maiorca; Relações Sociopolíticas; Nobreza.

Abstract

The conquest of the island of Mallorca, carried out between 1229 and 1232, represented a significant milestone in the history of the Crown of Aragon and the reign of James I, the Conqueror. As the young aragonese king's first major feat of arms, the mallorcan campaign, beyond a mere territorial incorporation, promoted the emergence of a scenario in which sociopolitical relations between the monarchy and nobility, especially the catalan, were expressed in a warlike context. Therefore, the main objective of this article is to analyze the dynamics of this military campaign, focusing on two central aspects: the form taken by the sociopolitical relations between James I and the catalan-aragonese nobility during this warlike feat, in addition to the external interactions with the enemy kingdom. To this end, we will resort to discussions carried out by specialized historiography together with the critical analysis of documents contained in the Royal Chancellery of James I, in particular minutes of Cortes, in addition to the royal chronicle “*The Book of Deeds of D. Jaime I of Aragon*”.

Keywords: James I of Aragon; Conquest of Mallorca; Sociopolitical Relations; Nobility.

Introdução

Ao abordarmos a temática da guerra no contexto tardo-medieval europeu, é comum nos depararmos com a tese superficial e simplista de que os conflitos bélicos foram constantes e estabeleciam-se de forma permanente ao longo desse período. No entanto, as limitações

econômicas, políticas e, sobretudo, tecnológicas impediam a realização de operações militares prolongadas. Consequentemente, predominava a guerra de desgaste, focada na exaustão das bases materiais do inimigo (Garcia Fitz, 1998).

Apesar disso, cabe enfatizar que a guerra era um dos pilares fundamentais da sociedade medieval, desempenhando um papel crucial na manutenção dos poderes políticos. Essa realidade era ainda mais evidente no contexto ibérico tardo-medieval, onde a fronteira com o mundo islâmico — estabelecida desde o século VIII — moldou as sociedades hispânicas, organizando-as para a guerra (Alvira Cabrer, 2000).

Assim, a tardo-medievalidade ibérica foi marcada por intensos conflitos e transformações sociopolíticas que moldaram a geopolítica da região. Entre as figuras de destaque desse período está Jaime I de Aragão (1208-1276, rei de Aragão e conde de Barcelona deste de 1214), cujo reinado foi caracterizado por expansões territoriais significativas, que tiveram início com a campanha militar que resultou na conquista de Maiorca (1229-1232) durante a segunda fase do seu reinado que denominamos como *Era das Conquistas*. Esta campanha não só expandiu os domínios territoriais da Coroa de Aragão, mas influenciou também as estruturas internas e as relações de poder entre a monarquia e a sociedade política¹ catalano-aragonesa, notadamente a nobreza.

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica dessa campanha militar, focando em dois aspectos centrais: a forma assumida pelas relações sociopolíticas entre Jaime I e a nobreza catalano-aragonesa durante este feito bélico, além das interações externas com o reino inimigo. A conquista de Maiorca não foi apenas um empreendimento militar, mas também um complexo processo que envolveu negociações, alianças e conflitos internos que refletiram nas relações de poder entre as elites laicas da Coroa de Aragão.

A análise dessa campanha permitirá a compreensão da forma como Jaime I articulou as complexas relações com a nobreza, cuja lealdade e apoio eram essenciais para o sucesso militar e governamental do seu reinado. Portanto, este estudo pretende contribuir para a historiografia da Coroa de Aragão, oferecendo novas perspectivas sobre a interação entre poder real e nobreza, bem como sobre as estratégias diplomáticas e militares adotadas por Jaime I.

¹ “[...] “todos aquellos grupos sociales con capacidad efectiva y continua para la práctica de poder político, tanto por el que ejercen ellos por sí mismos como por su intervención o participación en el de la monarquía” (Ladero Quesada, 2000, p. 462).

No que diz respeito à tipologia das fontes, utilizaremos documentos que compõem a Real Chancelaria de Jaime I, transcritos em latim e reunidos no *Arxiu Virtual Jaume I*², com destaque em nossa análise para as atas de Cortes.

Segundo Sarasa Sánchez (1979, p. 10), “las Cortes de Aragón en la Edad Media constituyeron, efectivamente, asambleas representativas de los estamentos del reino [...]”. Esses estamentos, também conhecidos como “braços”, eram compostos pelo clero, pela nobreza, pelos cavaleiros e infanções, além de representantes das cidades e vilas.

Consideramos que a reunião das Cortes refletia a dinâmica das relações sociopolíticas entre o rei e sua sociedade política. Os registros dessas assembleias desempenham um papel fundamental para este estudo, pois se relacionam diretamente com o objetivo proposto, ao revelar as articulações promovidas por Jaime I nas suas interações com a sociedade política interna catalano-aragonesa no contexto da campanha militar de Maiorca.

Além das fontes documentais previamente mencionadas, utilizaremos também a crônica régia “*O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão*”. O conteúdo narrativo, exposto pelo próprio rei, fornecerá elementos essenciais para esclarecer a perspectiva e o posicionamento da monarquia em relação às dinâmicas sociopolíticas internas e externas à Coroa de Aragão no insterstício da campanha militar maiorquina. Sendo uma crônica medieval, esta obra se torna “una fuente imprescindible para, con cautelas y reservas oportunas, reconstruir mentalidades, actitudes, comportamientos, ideologías y otros muchos aspectos de interés” (Sarasa Sánchez, 2002, p. 423).

No que diz respeito à crônica, faremos uso da edição em catalão, revisada pelo *Institut d’Estudis Catalans* em 2007, da obra “*Les quatre grans cròniques: Llibre dels feits del rei En Jaume*”, publicada originalmente em 1971 pelo historiador e arquivista espanhol Ferran Soldevila. Esta versão é estimada pelos especialistas devido às notas históricas incluídas pelo autor que foram revisadas e ampliadas, com a incorporação de bibliografias atualizadas, na reedição de 2007 pela historiadora medievalista Maria Teresa Ferrer i Mallol. O texto conta ainda com revisão filológica a cargo do linguista espanhol Jordi Bruguera.

Jaime I e a sociedade política catalano-aragonesa

Jaime I (1208-1276, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1214), foi o terceiro monarca da entidade política conhecida como Coroa de Aragão, definida como “[...] el conjunto de reinos, condados, señoríos y dominios gobernados por la soberanía del rey de Aragón”

² Arquivo documental vinculado à *Universitat Jaume I* (Castelló, Espanha).

(Sarasa Sánchez, 2001, p. 5) que, de acordo com Sabaté i Curull (2013), surgiu como resultado de uma série de transformações que marcaram a região oriental da Península Ibérica.

Inicialmente, o alcance desse conjunto territorial incluía o Reino de Aragão e o Condado de Barcelona, desde a união dinástica estabelecida pelo casamento acordado em 1137 e realizado em 1150 entre o conde de Barcelona, Raimundo Berengário IV (1105-1162) e a infanta aragonesa Petronilha de Aragão (1136-1173).

Posteriormente, outros territórios foram incorporados à Coroa de Aragão em um processo de expansão ancorado em alianças políticas, vassálicas, casamentos dinásticos e, principalmente, conquistas militares. Algumas dessas conquistas, como Maiorca em 1229 e Valência em 1238, foram realizadas pelo próprio Jaime I, o que lhe rendeu o epíteto de “o Conquistador”.

Filho de Pedro II (1178-1213) e de Maria de Montpellier (1180-1213), Jaime I nasceu em 1208 no condado de Montpellier, localizado na região meridional da França, conhecida como Languedoc ou Occitânia.

Após a morte de seu pai na conhecida Batalha de Muret em 1213 durante as operações da Cruzada Albigense, Jaime ascendeu ao trono da Coroa de Aragão no ano seguinte após ter recebido o juramento vassálico da sociedade política catalano-aragonesa durante as Cortes Gerais de Lérida.

Ainda com seis anos de idade, o rei foi então entregue à tutela da Ordem do Templo em Aragão no Castelo de Monzón enquanto seu tio-avô, o conde Sancho Raimundo³, assumiu as funções de regente. Teve início então um período marcado por um estado constante de tensão nas relações sociopolíticas entre a monarquia e o estamento nobiliárquico catalano-aragonês, ávido pela manutenção e ampliação de seus privilégios.

No que diz respeito à Coroa de Aragão, é importante observar que as disparidades e particularidades dos territórios que a compunham também influenciavam os interesses da nobreza local. Em Aragão, predominava uma estrutura social e econômica de caráter feudal e agrícola (Sarasa Sánchez, 2001), o que naturalmente orientava as pretensões dos nobres em direção ao interior da Península Ibérica. Em contraste, na Catalunha, a estrutura social era sustentada por características burguesas e interesses mercantis (Sarasa Sánchez, 2001), o que direcionava as aspirações da sociedade política catalã para o Mediterrâneo.

³ “Conde de Provença, Roussillon e Cerdanha, filho mais novo do conde Raimundo Berengário IV e de Petronilha de Aragão, cujo matrimônio selou a união do condado de Barcelona e do Reino de Aragão em 1137 e irmão do rei Alfonso II, o Casto” (Silva, 2019, p. 27).

Tendo em vista tal cenário de interesses heterogêneos, durante todo o período de regência do conde Sancho Raimundo e mesmo após o início do reinado pleno de Jaime I em 1218, o panorama político da Coroa de Aragão foi assinalado por uma intensa instabilidade interna alimentada por revoltas direcionadas pelo núcleo nobiliárquico catalano-aragonês.

Somente com a imposição do Tratado de Alcalá em 1227 as disputas nobiliárquicas que marcaram o início do reinado de Jaime I foram, temporariamente, amenizadas. Isso possibilitou que a Coroa focasse suas atenções na retomada das operações externas de expansão territorial, que estavam estagnadas desde a derrota de Pedro II no Languedoc em 1213.

Dessa forma, tem início o segundo grande período do reinado de Jaime I, o qual denominamos de *Era das Conquistas*, quase inteiramente dedicado a campanhas militares contra os centros de poder islâmicos. Esse direcionamento visava mobilizar a sociedade política catalano-aragonesa em um projeto de expansão externa, unindo esforços contra um inimigo comum, após um período inicial marcado por intensos conflitos com a monarquia.

A conquista da ilha de Maiorca (1229-1232)

Iniciando uma nova etapa em seu reinado, Jaime I direcionou sua atuação para o desenvolvimento de operações bélicas focadas inicialmente ao leste, com o objetivo de conquistar a ilha de Maiorca, parte do arquipélago das Baleares que inclui também Ibiza, Minorca e Formentera. Com uma localização estratégica no Mediterrâneo devido à sua proximidade com importantes rotas comerciais, a posição privilegiada de Maiorca oferecia à Coroa de Aragão uma oportunidade eficaz para impulsionar seu processo de expansão marítima (Arández, 1972).

Além do fator estratégico associado à localização do arquipélago das Baleares no Mediterrâneo e ao abandono das pretensões ultrapirenaicas por parte da Coroa, outros fatores podem ser identificados como responsáveis pela reorientação da política externa de expansão em direção a Maiorca, como será demonstrado.

Conforme a narrativa de Jaime I em sua crônica régia, *O Livro dos Feitos*, as primeiras considerações sobre a possível conquista da ilha de Maiorca surgiram a partir do relato de um navegante e mercador de Barcelona. Este indivíduo descreveu os aspectos geográficos da ilha aos nobres catalães, que, por sua vez, apresentaram essa informação ao rei (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 47, 2007).

Pode-se conjecturar que o relato do navegante não apenas alimentou o desejo constante da nobreza por expansão territorial, mas também despertou a possibilidade de uma projeção

comercial de Barcelona no Mediterrâneo, cujas relações com a Itália enfrentava obstáculos significativos devido às constantes ações de pirataria (Fernández, 1970).

De acordo com a mesma fonte documental, após ouvir o relato do comerciante barcelonês, o núcleo nobiliárquico catalão instou o rei a lançar uma operação militar com o propósito de conquistar a ilha de Maiorca. Essa proposta carregava um claro tom providencialista: “[...] será coisa maravilhosa as gentes ouvirem sobre esta conquista que tomou uma terra e um reino dentro do mar, onde Deus o quis formar” (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 47, 2007, p. 128-129, tradução nossa)⁴.

Nesta passagem, foi externado o ideal religioso utilizado como motivação inicial à campanha, dado que a ilha estava sob domínio muçulmano desde o século XI. A justificativa providencialista atribuída à conquista conferia ao movimento a alcunha de uma “missão divina”. Esse espírito cruzadístico, característico das campanhas empreendidas pelos reinos cristãos ibéricos contra os muçulmanos (Mocelim; Silva, 2015), reiteradamente integrou as movimentações militares da Reconquista⁵.

Até o momento, identificamos dois motivadores que levaram à decisão real de prosseguir com o projeto de expansão territorial para a ilha de Maiorca: um de caráter estratégico e outro de natureza religiosa. No entanto, é importante ressaltar que, neste contexto, a questão política pode ter sido o fator de maior relevância para o rei.

Nesta linha, a consonância entre a política régia e os desejos daqueles que atuavam no exercício do poder — particularmente a nobreza — era fundamental para a viabilidade do governo monárquico, tendo em vista que “o poder régio apoia-se no nível da sua sociedade política, em vínculos pessoais [...]” (Fernandes, 2005, p. 156).

Nesse sentido, atender aos interesses da nobreza por meio de uma campanha militar seria altamente vantajoso para a dinâmica das relações régio-nobiliárquicas, uma vez “[...] vehiculaba la cimentación entre los grupos dirigentes, apiñados en torno a su líder” (Utrilla, 2012, p. 161).

⁴ “[...] será cosa meravellosa a les gents que oiram aquesta conquesta que pregants la terra e regne dins en la mar, on Déus lo volc formar” (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 47, 2007, p. 128-129).

⁵ “Nome dado ao processo pelo qual, a partir do século XI, as comunidades cristãs da Espanha reconquistaram os territórios perdidos para os muçulmanos nas décadas imediatamente seguintes a 711. As principais datas decisivas são: a recuperação de Toledo em 1085; a formação do reino de Portugal e a conquista de Lisboa (1148); a batalha de Navas de Tolosa (1212) e a subsequente extensão da autoridade cristã a Sevilha e Córdova. No final do século XIII, somente o reino de Granada ainda estava em mãos muçulmanas, assim permanecendo até 1492” (Loyn, 1997, p. 731).

Portanto, a campanha possibilitaria uma aproximação entre o rei e o núcleo nobiliárquico de sua sociedade política, além de servir para a reafirmação do poder régio de Jaime I como seu primeiro grande feito de armas, uma vez que:

El joven monarca necesitaba de acciones políticas que reafirmaran su poder, y acciones militares que colmasen el espíritu belicoso de sus nobles y su sed de riquezas. La conquista de Mallorca era así concebida como una empresa militar colectiva que beneficiase a todos, con la Corona como motor y cabeza suprema (Esteban Ribas, 2011, p. 14).

É importante destacar que a decisão do rei de empreender uma campanha militar para conquistar a ilha de Maiorca representava uma resposta direta aos desejos da nobreza catalã, cujos interesses estavam amplamente voltados para o Mediterrâneo, o que resultou em uma participação significativa de nobres catalães na operação.

Compreendidos os motivadores que levaram à campanha militar para a conquista da ilha de Maiorca, é fundamental analisar o momento em que os detalhes da conquista foram discutidos e a campanha oficialmente anunciada. Isso ocorreu durante a reunião das Cortes Gerais de Barcelona, convocada por Jaime I em dezembro de 1228, no exercício de suas prerrogativas reais.

O decurso desta reunião foi descrito de forma detalhada por Jaime I em sua crônica régia, o *Livro dos Feitos*, cuja análise é fundamental pois revela a dinâmica das relações sociopolíticas entre o rei, a nobreza, o clero e os representantes da cidade de Barcelona, o que permite compreender o tom que tais relações assumiriam no contexto da iminente campanha militar contra Maiorca.

Nas palavras de abertura da reunião das Cortes, conforme narrado no *Livro dos Feitos*, alguns pontos merecem destaque por sua relevância para as relações de poder entre Jaime I e sua sociedade política:

[...] Por certo vós bem sabeis que nós somos vosso senhor natural, sem irmãos e irmãs, pois nosso pai não teve ninguém além de nossa mãe, e que viemos entre vós um jovem de seis anos e meio, e que encontramos Aragão e Catalunha perturbados, pois uns estavam contra os outros e não acordavam em nada, pois o que uns queriam os outros não queriam; e havia má fama pelo mundo por essas coisas que passaram (*Llibre del feits del Rei en Jaume*, cap. 48, 2007, p. 130, tradução livre do autor)⁶.

⁶ Mas ben sabem per cert que vos sabets que nós som vostre senyor natural, e som sols menys de frare e de sor, que nostre pare no hac en nostra mare, e vinguem entre vós jove, de jovent sis anys e mig, e trobam Aragó e Catalunya torbats, que los uns venien contra los altres e no s'acordaven en neguna re, que ço que los uns volien no ho volien los altres; e havíets mala fama per lo món per les coses que eren passades (*Llibre del feits del Rei en Jaume*, cap. 48, 2007, p. 130).

A análise desse trecho da narrativa revela que o rei fez questão de reafirmar aos presentes, incluindo os nobres, a legitimidade de seu direito ao trono como único herdeiro legítimo e primogênito de Pedro II. Isso implicitamente reforça a lealdade que seus vassallos lhe deviam e, por conseguinte, o apoio militar necessário. Além disso, ao recordar as disputas nobiliárquicas dos primeiros anos de seu reinado, há uma sugestão de que a campanha em questão também visava promover a união em torno de um objetivo comum.

Durante a reunião, os representantes da nobreza, do clero e da cidade expressaram seus posicionamentos a favor da proposta de conquista da ilha de Maiorca (*Llibre del feits del Rei en Jaume*, cap. 49-54, 2007). Esse alinhamento se constituiu como uma das primeiras ocasiões significativas de concordância entre a política régia e os interesses nobiliárquicos, especialmente os da nobreza catalã, que nutria a expectativa de “[...] una compensación oportuna en el botín y en las apropiaciones de bienes – muebles o inmuebles – que se pudieran obtener” (Belenguer, 2008, p. 93). Em outras palavras, a conquista de Maiorca representava uma oportunidade concreta para a ampliação de seu patrimônio territorial, um dos elementos fundamentais para a sustentação da sua condição de nobreza.

Entre os principais expoentes da nobreza catalã presentes na reunião, cuja participação é confirmada pelos registros em ata da referida Corte (Arxiu Virtual Jaime I, document nº 000664, ©2006, não p.), destacam-se os seguintes nomes:

Quadro 1 – Principais expoentes da nobreza catalã presentes na reunião das cortes gerais de barcelona em 1228

Nome	Título
Guilherme de Montcada	Visconde de Bearn
Ramón de Montcada	Senhor de Tortosa
Nuno Sánchez	Conde da Cerdaña e de Rossellón
Hugo IV	Conde de Ampúrias
Dom Guilherme de Cervelió	Não encontrado
Dom Guilherme de Claramunt	Não encontrado
Dom Ramon Alamano	Não encontrado

Fonte: Silva (2024)

A linhagem dos Montcada foi uma das poucas casas nobres da Catalunha que se opôs ao rei durante os primeiros anos de seu reinado, juntamente com Nuno Sánchez, seu primo⁷. No entanto, agora, ambos manifestavam seu apoio à monarquia em um momento em que seus interesses estavam alinhados.

⁷ Filho do conde Sancho Raimundo, tio-avô e ex-regente da Coroa de Aragão.

A travessia e a Batalha de Santa Ponsa

Com a anuência de todos os representantes presentes e a designação dos contingentes militares que cada um disponibilizaria para a campanha, as operações foram iniciadas no ano subsequente, em 5 de setembro de 1229, com a frota de invasão partindo de três pontos distintos na costa catalã: Cambrils, Tarragona e Salou.

Conforme registrado na narrativa do *Livro dos Feitos*, a frota consistia em 150 embarcações (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 55, 2007). No entanto, quanto aos efetivos militares terrestres, torna-se desafiador estabelecer números com precisão. Isso se deve ao fato de que, em fontes documentais que tratam de operações bélicas nessa cronologia, especialmente em crônicas régias como o *Livro dos Feitos*, as proporções das tropas poderiam ser superestimadas ou subestimadas, dependendo dos objetivos da narrativa.

No entanto, conforme a historiografia especializada na conquista de Maiorca, estima-se que o total de forças envolvidas tenha sido em torno de 16.000 homens, divididos entre unidades de cavalaria e infantaria (Esteban Ribas, 2011).

A travessia para a ilha durou aproximadamente quatro dias, e o planejamento estratégico inicial previa o desembarque na região norte de Pollensa. No entanto, “[...] as más condições climáticas forçaram uma alteração na rota de invasão da ilha, levando a frota a estabelecer como ponto de ancoragem uma costa próxima ao monte Pantaleu” (Silva, 2019, p. 38), uma área localizada na parte ocidental de Maiorca que serviu como ancoradouro temporário para as forças invasoras.

O desembarque definitivo da frota ocorreu na baía de Santa Ponsa em 11 de setembro de 1229, após o envio de uma força de reconhecimento ao longo da costa da ilha. A organização e a defesa da operação de desembarque ficaram sob a responsabilidade dos Montcada.

Toda a movimentação das tropas invasoras não conseguiu garantir um desembarque furtivo. Assim, “[...] desde la capital se ha movilizado un ejército para que se oponga al desembarco de los catalano-aragoneses” (Esteban Ribas, 2011, p. 25). Nesse contexto, ocorreu o primeiro grande confronto entre as forças invasoras e os contingentes muçulmanos da ilha.

Do lado invasor, as tropas foram comandadas pelos Montcada, além de um pequeno contingente liderado pessoalmente pelo rei. Este fato, conforme será demonstrado, constituiu um evento de relevância singular no contexto das relações sociopolíticas entre Jaime I e a nobreza catalã durante o período da campanha.

Apesar da desvantagem numérica, as forças catalano-aragonesas conseguiram derrotar os inimigos, levando muitos deles a abandonar o combate (Silva, 2019). Após a batalha, um

episódio narrado pelo rei em sua crônica merece destaque em nossa análise, pois está diretamente relacionado ao ato de Jaime I ter pessoalmente conduzido pessoalmente um ataque contra as forças inimigas durante a Batalha de Santa Ponsa.

Conforme o relato no Livro dos Feitos, o rei foi repreendido por Ramon de Montcada devido à sua conduta durante o confronto. Esse episódio merece destaque devido ao seu significado nas relações de poder entre a monarquia e a nobreza, foco de nossa análise neste artigo.

E quando voltamos à hoste, perto do pôr do sol, Dom Guilherme de Montcada e Dom Ramon de Montcada, e os cavaleiros que estavam com eles, saíram para nos receber. Nós desmontamos e fomos até eles; e Guilherme de Montcada sorriu, e ficamos alegres, pois tínhamos medo de que nos dissessem coisas ruins; e pensamos que não seriam tão ruins conosco. E Ramón de Montcada disse-nos:

— O que haveis feito? Quer matar a nós e vós? Pois, se por má ventura vós vos perdestes, como quase se perdeu agora, a hoste e todos estariam perdidos, e este tão bom feito não será feito por nenhum homem do mundo (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 61, 2007, p. 148, tradução nossa).⁸

A análise deste trecho da narrativa evidencia que a repreensão feita por um nobre de alta posição, como Ramon de Montcada, resultou de uma preocupação com a integridade física do rei e com as possíveis repercussões de um evento fatal para o andamento da campanha, como a desestabilização das tropas e o fortalecimento da moral dos inimigos.

Além disso, é importante destacar que, embora oferecesse benefícios, uma empreitada militar como aquela era extremamente dispendiosa do ponto de vista econômico. Esse fator, sem dúvida, contribuiu para a preocupação da nobreza catalã em relação às ações derivadas da inexperiência do rei no campo de batalha.

Destarte, tal episódio instiga reflexões em duas linhas: primeiro, os nobres entendiam a importância e influência da figura real, assim como das ações do rei, para o sucesso da campanha, o que indica um certo grau de reconhecimento do poder circunscrito a monarquia e do papel fundamental deste poder em uma operação militar de grande envergadura, como a conquista de Maiorca.

Ao mesmo tempo, o rei via a campanha como uma oportunidade de afirmar sua autoridade perante a sua sociedade política, especialmente diante da nobreza. Sua atitude revela

⁸ E, quan nós entram per la host, podia ésser prop del sol post, e En Guillem de Montcada e En Ramon de Montcada, ab cavallers qui eren a bells, eixiren-nos recollir. E nós descavalgam e anam envers ells a peu; e En Guillem de Montcada somrís-se, e nós fom alegres, que haviem paor que no ens dixés mal; e pensam-nos que no seria tan mal con nós cuidàvem. E En Ramon de Montcada dix-nos:

— Què havets feit? Volets ociure a nós e a vós? Que, si per mala ventura vós vos perdíets, e sots ara anat a rec de perdre, la host e tot l'als perdut, e aquest tan bon feit no es farà puis per null hom del món (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 61, 2007, p. 148).

uma “[...] ansia de notoriedad y reconocimiento del monarca, que ha puesto en juego su vida por el deseo de labrarse fama en el campo de batalla, a imitación de su difunto padre” (Esteban Ribas, 2011, p. 28).

Este evento evidencia que as ações realizadas durante uma campanha militar nesse contexto tinham um grande potencial para gerar impactos significativos na esfera política, considerando sua influência nas relações de poder com a sociedade política catalano-aragonesa, especialmente a nobreza.

A Batalha de Portopí

Na sequência da campanha, as tropas muçulmanas que haviam se retirado da batalha na baía de Santa Ponsa se reuniram com outro destacamento militar na Serra de Portopí. Nesse local, ocorreu o segundo e mais significativo confronto entre os beligerantes, cujas consequências impactaram todo o desenrolar da conquista.

O plano de combate contra as forças muçulmanas posicionadas em Portopí, cujo propósito era impedir o avanço dos invasores em direção à capital, Palma de Maiorca, foi formulado na manhã do dia 12 de setembro, com os Montcada mais uma vez à frente da ofensiva.

As feições geográficas da Serra de Portopí favoreceram, a princípio, um certo equilíbrio no conflito, uma vez que a região, de acordo com Esteban Ribas (2011), possui vales e colinas que dificultam o acesso e facilitam a defesa, sendo também um terreno desconhecido pelas tropas de Jaime I. Assim, “[...] os avanços bem-sucedidos das hostes invasoras se deram em locais onde o terreno se mostrava mais propício aos ataques” (SILVA, 2019, p. 42).

A superioridade numérica das tropas catalano-aragonesas, aliada à precariedade dos armamentos muçulmanos (Esteban Ribas, 2011), manteve novamente a vitória sobre o lado cristão, mas ao custo de baixas significativas, incluindo a morte dos nobres catalães Guilherme e Ramón de Montcada. Esse episódio se tornou o ponto central de mais um impasse no cenário político das relações entre Jaime I e a nobreza catalã ao longo da campanha, como será detalhado adiante.

Logo na manhã seguinte à vitória em Portopí teve início o cerco à capital da ilha que se prolongou pelos quatro meses seguintes, durante os quais foram empregadas máquinas de guerra para superar as muralhas.

Durante esse período, foram feitas várias tentativas de resolver o conflito por meio da diplomacia, todas sem sucesso. A última delas, que merece destaque em nossa análise, envolveu uma proposta de rendição do rei de Maiorca, Abu Yahya, apresentada a Jaime I com a

intermediação de seu primo, o conde Dom Nuno Sanchez: “[...] lhe darei cinco besantes por cada homem, mulher e criança, e desempararei a vila, e com as naus que ele nos der, passaremos à Berbéria, e aqueles que desejam permanecer, permaneçam” (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 78, 2007, p. 171, tradução nossa)⁹.

Esta proposta final de rendição do rei de Maiorca, sem dúvida, foi influenciada pela situação prevalecente na campanha: as batalhas contra os invasores haviam sido predominantemente perdidas e a capital estava sob cerco, o qual criou uma contagem regressiva para os sitiados, devido à finitude dos recursos de alimento e água disponíveis na cidade.

Decorrente dessa situação, um episódio de significativa relevância para nossa análise ocorreu quando o nobre Dom Nuno transmitiu a proposta de rendição ao rei Jaime, que imediatamente convocou um conselho com os nobres de sua hoste para deliberar sobre a questão (Silva, 2019).

Do ponto de vista estratégico, a aceitação da rendição oferecia consideráveis vantagens ao lado catalano-aragonês. Como já foi mencionado, guerras são altamente dispendiosas e, neste caso específico, a extensão indefinida do cerco acarretaria um aumento significativo nos custos da campanha.

Neste ponto, a narrativa do *Livro dos Feitos* traz o discurso que, supostamente, foi proferido por três nobres catalães de alta posição no que diz respeito à proposta de rendição: Dom Ramon Alamano, Dom Guerau de Cervelló e Dom Guilherme de Claramunt.

Sobre isso falou Ramon Alamano:

— Vós, senhor, passais aqui, e nós convosco, para servir a Deus; e haveis perdido aqui, que morreram em vosso serviço tais vassallos que nenhum rei teve melhores; e Deus vos deu tempo para que possa vingar-vos; e, vingando a eles, terá toda a terra. Porque o rei de Maiorca tem grande senso e conhece a terra de Maiorca que, se passar à Berbéria com o conhecimento que tem, trará tantos sarracenos para esta terra que, assim como vós haveis ganhado com a ajuda de Deus e de nós, vós não podereis impedir. Assim, pelo tempo que tens, vingai-vos, e terá a terra, e então não terá que temer a Berbéria.

E Guerau de Cervelló e Guilherme de Claramunt disseram todos em uma só voz:

— Senhor, por Deus, nós rezamos que recorde de Guilherme de Montcada, que tanto vos amava e servia, e de Ramon e dos outros ricos-homens que morreram com eles no campo (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 78, 2007, p. 172, tradução nossa).¹⁰

⁹ “[...] li daré cinc besants de cada testa d’home e de fembra e d’infants, e desemparar-li hem la vila, ab que ell nos do d’aquests llenys que ha, ab què ens en passem em Barbaria, e aquells que volran romanir que romanguen” (Llibre del feits del Rei en Jaume, cap. 78, 2007, p. 171).

¹⁰ E sobre açò parlà Ramon Alaman e dix:

— Vós, senyor, passàs aquí, e nós ab vós, per servir a Déu; e havets perdut aquí, que moriren en vostre serviï, tal vassalls, que negu, rei no els havia mellors; e Déus ha-us donats temps que els podets venjar; e, venjant a ells, haurets tota la terra. Car lo rei de Mallorques ha tan gran sen e sap la terra de Mallorques, que, si passava em

A análise deste excerto revela que a sociedade política catalã invocou o princípio da vingança pela morte dos Montcada no que tange à decisão de dar sequência ou não à campanha.

Quando abordamos o tema da vingança ao longo da História, é pertinente considerar que esse princípio sempre esteve presente no núcleo da sociedade, por vezes até legitimado em determinados contextos, adaptando-se às diferentes diacronias históricas.

Assim, é possível compreendermos que, no que concerne às ações de vingança, “[...] suponían la acción reparadora ante el daño o la ofensa, que invocaba la acción de la justicia, reforzando la cohesión interna del grupo, asegurando la reordenación jerárquica em las relaciones de poder” (Asenjo González, 2015, p. 2).

No contexto medieval, os delitos ou injustiças cometidas contra uma pessoa ou propriedade não se restringiam ao nível individual, mas se estendiam a todo o grupo vinculado ao indivíduo. Em suma, em uma sociedade estruturada por laços vassálicos de fidelidade, as ações reivindicativas de vingança afetavam uma ampla gama de indivíduos.

Dessa forma, a pressão exercida pelos nobres catalães exigindo vingança pela morte dos Montcada representou mais um episódio na campanha contra a ilha de Maiorca em que o equilíbrio de poder entre nobreza e monarquia foi novamente posto à prova.

Destarte, considerando o recente contexto de instabilidade política com o núcleo nobiliárquico da Coroa, ignorar o desejo de vingança dos nobres catalães representaria para Jaime I uma nova fonte de conflito com a nobreza, prejudicando o processo em curso de fortalecimento do poder real.

Portanto, uma vez mais a influência do poder político exercido pela nobreza se fez sentir e impactou a decisão do rei, que optou por continuar com a conquista. Além disso, os membros da sociedade política catalã demonstraram estar atentos às ações da monarquia durante a campanha, ao mesmo tempo em que solidificavam sua posição na teia das relações de poder na Coroa de Aragão.

A tomada da capital e o pós-conquista

Após a decisão de prosseguir com a campanha, o ataque final e a conquista da capital foram realizados em 31 de dezembro de 1229, seguido pela divisão dos espólios entre os

Barbaria, ab açò que ell sabia dir e ab lo saber que ell ha, aduria tantes gents de sarraïns en aquestra terra, que, així con vós l’havets guanyada ab l’ajuda de Déu e de nó, e vós que no hi porets aturar, tota via que la’ns poria tolre. E, pus vltre temps havets, venjat-vos d’ells, e haurets la terra, e puis no us cal tembre de Barbaria.

E En Guerau de Cervelló e Em Guillem de Clarmunt dixeren tots a una veu:

— Sényer, per Déu vos pregam que us membre d’En Guillem de Montcada, que tant vos amava e us servia, e d’En Ramon e dels altres rics homens qui són morts ab ells en lo camp (Llibre del feits del Rei en Jaume cap. 78, 2007, p. 172).

membros da nobreza envolvidos, conforme o acordado nas Cortes Gerais de Barcelona no ano anterior (Silva, 2019).

Com a queda da capital, as tropas muçulmanas que abandonaram a cidade passaram a organizar focos de resistência em algumas localidades da ilha, especialmente nos castelos de Santueri, Pollença e Alaró. Isso resultou em incursões catalano-aragonesas ao longo dos dois anos seguintes com o objetivo de suprimir os insurgentes, sendo que apenas em 1232 a ilha foi completamente incorporada aos domínios territoriais da Coroa de Aragão.

O repartimento¹¹ das terras que resultaram da conquista apresenta elementos que merecem ser destacados devido à sua relevância na dinâmica das relações sociopolíticas entre o rei e a nobreza catalã. As terras insulares de Maiorca foram repartidas em duas grandes porções: a *medetas regis* e a *medetas magnatum*, representando respectivamente as parcelas destinadas ao rei e à nobreza.

As terras que compunham a *medetas regis* foram, por antonomásia, transferidas ao controle do rei. Um documento da chancelaria régia revela a doação do Castelo de Almudaína e do porto de Almunacir à Ordem do Templo (Arxiu Virtual Jaime I, documento nº 000151, ©2006, não p.). Esse ato evidencia, mais uma vez, a proximidade entre o rei e os templários, que, além de terem sido responsáveis por sua educação no Castelo de Monzón, agora eram recompensados pelo apoio e participação na campanha de conquista.

Quanto às terras da *medetas magnatum*, “[...] se hicieron cuatro partes, que se otorgaron a los tres principales magnates que protagonizaron la conquista y al obispo de Barcelona” (Monsalvo Antón, 2010, p. 187). Dessa forma, a alta nobreza catalã foi beneficiada com essa porção, representada pelos condes de Rossellón¹² e Ampúrias¹³, além do visconde de Bearn¹⁴, que receberam essas terras para distribuí-las entre seus vassallos. O mapa a seguir (FIGURA 1) ilustra a distribuição dessas terras conquistadas.

¹¹ [...] los repartimientos proceden a la distribución ordenada de terras de casas e heredades de las poblaciones y tierras reconquistadas entre todos aquellos que habían tomado parte en la conquista, de acuerdo con sua condición social, grado de merecimientos, etc., recibiendo de esta manera los nobles, según los lugares, grandes lotes o heredamientos donde asentaban a sus colonos (Cabanes Pecourt, 1977, p. 3).

¹² Dom Nuno Sánchez.

¹³ Hugo IV.

¹⁴ O mapa da FIGURA 1 de Monsalvo Antón não menciona o visconde de Bearn nominalmente quando da partilha das terras conquistadas em Maiorca. Considerando que este título pertenceu à Guilherme de Montcada no decurso da campanha até sua morte na Batalha de Portopí, conjecturamos que tanto seu título nobiliárquico quanto suas posses foram herdadas por seu filho, Gastão VII.

territorial, mas consolidou a presença aragonesa no Mediterrâneo, ampliando sua projeção geopolítica e comercial na região. A importância estratégica de Maiorca conferiu à Coroa de Aragão maior controle sobre as rotas marítimas e comerciais mediterrânicas, fortalecendo sua posição diante dos reinos cristãos e muçulmanos do entorno.

Para além disso, tal feito bélico também gerou ecos nas dinâmicas sociopolíticas internas da Coroa de Aragão. Marcada por nuances cruzadísticas, a conquista revelou desde o princípio um claro alinhamento com os interesses da elite política catalã. A nobreza, em particular, enxergava a campanha como uma oportunidade de expandir seus privilégios, especialmente através da aquisição de novos territórios, um elemento central à sua própria identidade nobre.

Por outro lado, Jaime I reconheceu na conquista de Maiorca uma chance estratégica para consolidar sua posição no complexo equilíbrio de poder da Coroa de Aragão. As suas ações, tanto no campo militar quanto no diplomático, eram cuidadosamente observadas pela nobreza catalã, que esperava obter ganhos substanciais com o sucesso da campanha. Esse cenário era particularmente delicado, considerando as turbulências internas que marcaram os primeiros anos de seu reinado, quando sua autoridade foi frequentemente contestada por facções nobiliárquicas dissidentes.

Diante desse contexto, a campanha militar de Maiorca configurava-se como uma oportunidade que transcendia a mera expansão territorial, oferecendo ao monarca uma ocasião propícia para reforçar o seu potencial político frente à nobreza. Para Jaime I, a conquista de Maiorca não representava apenas um objetivo geopolítico, mas um meio de reafirmar sua autoridade e poder enquanto rei ante a sociedade político catalano-aragonesa

Neste cenário, o apoio da nobreza era não apenas desejável, mas essencial para garantir a estabilidade da esfera política e o bom andamento do seu reinado. Assim, a conquista de Maiorca funcionava como um mecanismo de equilíbrio entre a necessidade de recompensar a nobreza por seu apoio e a de reafirmar a própria posição da monarquia na intrincada rede das relações de poder na Coroa de Aragão.

Referências Bibliográficas

Fontes documentais

ARXIU VIRTUAL JAIME I. *Jaume I dona a l'orde del Temple el castell o almudaina dels jueus de la ciutat de Mallorca i el port d'Almonacir, al sud de la ciutat - Document n° 000151*. Castelló, 2006 ©. Disponível em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000151>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

_____. *Jaume I estableix unes noves constitucions de Pau i Treua, vàlides des del Cinca fins a Salses - Document n° 000664*. Castelló, 2006 ©. Disponível em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000664>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SOLDEVILA, Ferran. *Les quatre grans cròniques. I. Llibre dels feits del Rei en Jaume*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. Revisió filològica de Jordi Bruguera, revisió històrica de M. Teresa Ferrer i Mallol, 2007.

Bibliografia Crítica

ALVIRA CABRER, Martín. *Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*. 2000. 1483 p. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/BUCM/tesis/19972000/H/0/H0036901.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ARÁNDEZ, Álvaro Santamaria. Determinantes de la conquista de Baleares. *Mayurca: Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts*, Mallorca, n. 8, p. 65-133, 1972. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3eekyfc3>>. Acesso em 26 ago. 2024.

ASENJO GONZÁLEZ, Maria. La venganza en el ámbito de las ciudades castellanas y su transformación en la Baja Edad Media. In: GAUVARD, Claude; ZORZI, Andrea (coords.). *La vengeance en Europe: XII-XVIII siècle*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015, p. 227-247. Disponível em: <<https://tinyurl.com/msm959j5>>. Acesso em 4 set. 2024.

BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. *Jaime I y su reinado*. Lleida: Milenio, 2008.

CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados. *El "Repartment" de la ciudad de Valencia*. Valência: Anubar, 1977.

ESTEBAN RIBAS, Alberto Raúl. El libre del feits: Los hechos militares. *Revista de Historia Militar*, Espanha, n.109, p.11-47, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/2393103/El_Llibre_dels_Feits_La_conquista_de_Mallorca>. Acesso em 28 ago. 2024.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. *En la España Medieval*, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1226593>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FERNÁNDEZ, Luis Suárez. *Historia de España: edad media*. Madrid: Gredos, 1970.

GARCIA FITZ, F.. *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*. Madrid: Arco libros, 1998.

LADERO QUESADA, M. A.. Historia Institucional y política de la Península Iberica en la Edad Media. *En la España Medieval*, Madrid, 23, 200, p. 462. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0000110441A>>. Acesso em 26 ago. 2024.

LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MOCELIM, Adriana; SILVA, Lucas Augusto Tavares. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). In: *Revista de História Helikon*, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015, p. 123-137. Disponível em: <<http://twixar.me/p4Cm>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MONSALVO ANTÓN, José Maria. *Atlas histórico de la España medieval*. Madrid: Síntesis, 2010.

SABATÉ I CURULL, Flocel. A Coroa de Aragão: identidade e especificidade política e social. In: *Signum: Revista da ABREM*, Brasil, n. 2, v. 14, p. 54-72, 2013. Disponível em: <<https://repositori.udl.cat/server/api/core/bitstreams/8ff2d330-6f3e-401a-ae47-56f7abdbf448/content>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico en la Edad Media: de lo europeo a lo hispano. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coords.). *Actas: Los espacios de poder en la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales*, Espanha: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, p. 409-424. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=293648>>. Acesso em 28 ago. 2024.

_____. *La Corona de Aragón en la Edad Media*. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 2001.

_____. *Las Cortes de Aragón en la Edad Media*. Zaragoza: guara editorial, 1979.

SILVA, Lucas Augusto Tavares. *A conquista da ilha de Maiorca e o fortalecimento do poder e autoridade real de Jaime I de Aragão, o Conquistador (1229-1232)*. 2019. 80 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61202>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

_____. *Jaime I o Conquistador e as relações sociopolíticas na Coroa de Aragão (1208-1276)*. Itapiranga: Schreiben, 2024. Disponível em: <[https://www.editoraschreiben.com/livros/jaime-i-o-conquistador-e-as-rela%C3%A7%C3%B5es-sociopol%C3%ADticas-na-coroa-de-arag%C3%A3o-\(1208-1276\)](https://www.editoraschreiben.com/livros/jaime-i-o-conquistador-e-as-rela%C3%A7%C3%B5es-sociopol%C3%ADticas-na-coroa-de-arag%C3%A3o-(1208-1276))>. Acesso em: 28 ago. 2024.

UTRILLA UTRILLA, Juan F.. Aragón, de reino a corona: hacia la construcción de un estado y sociedad feudales. Una síntesis interpretativa. In: *Jornadas de Canto Gregoriano*, XV y XVI. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 149-170, 2012. Disponível em: <<https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/44/09utrilla.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2024.